



MUNICÍPIO DE BARRANCOS ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARRANCOS, REALIZADA EM VINTE E DOIS DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E DEZANOVE

Aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de dois e dezanove, nesta Vila de Barrancos e Salão Nobre dos Paços do Município, sendo vinte e uma horas e trinta minutos, estando presentes os(as) Senhores(as) Nelson José Costa Berjano, Presidente, José Domingos Mendes Marques, 1.º Secretário, Carla Elisa Bergano Gomes Pica, 2.º Secretário, Emílio Carvalho Domingues (CDU), Jacinto Manuel Jaramilho Mondragão (CDU), Inês Costa dos Santos (CDU), Domingos Maria Ruivo Pica (PS), Xavier Roque Cortegano (CDS-PP.PPD/PSD), Miguel Ângelo Segão Mondragão (PS), Manuel Fernandes Charrama (CDU), Davide Reganha Pica (PS), André Augusto Bergano Rodrigues (CDU), Maria Modesta Sena Infante Ramos (PS), João André Torrado Gomes (CDU) e Domingos Pelicano Mondragão (PS e Presidente da Junta de Freguesia de Barrancos), comigo, Francisco José Pelicano Rubio, Técnico Superior da UAF/SRHAG, servindo de secretário, teve lugar a quinta sessão ordinária de 2019, deste órgão deliberativo, convocada pelo Edital n.º 29/2019, de 12 de novembro.

PRESENCAS DOS MEMBROS DA CÂMARA: Registou-se a presença do Senhor Presidente, João António Serranito Nunes, da Senhora Vice-presidente, Maria Manuela Novalio Lopes, e dos(as) Senhores(as) Vereadores(as), Dalila Maria Alcario Lopes (PS), Leonel Caçador Rodrigues (CDU) e José Manuel Côco Rodrigues (CDU).

FALTAS: Registou-se a ausência do cidadão, Francisco António Florido Coco Oliveira (eleito pela CDU), que até à presente data não justificou a sua falta.

OUTRAS PRESENCAS: Registou-se ainda, a presença da Chefe da UAF, Lurdes Agulhas, da Coordenadora da UASC, Margarida Burgos e público em geral.

ABERTURA DA SESSÃO: O Senhor Presidente da Mesa, depois de justificar a falta e verificar a presença dos restantes membros da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal, declarou aberta a sessão.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DE TRABALHOS

1 - APRECIACÃO E APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 27/09/2019: A ata da Assembleia Municipal, em referência, foi distribuída previamente a todos os membros, sendo pois dispensada a sua leitura, pelo que o Senhor Presidente da Mesa a colocou à consideração dos membros.

Antes de passar à votação, o membro Emilio Domingues, manifestou a intenção de votar contra a ata da última sessão, justificando o facto de a mesma não reproduzir algumas das intervenções por ele efetuadas. Referiu também que, “*sendo certo que a*

ata deve conter o que de essencial se passou, não se percebe a razão para constarem intervenções de membros com descrição minuciosa e outras intervenções nem sequer constarem da ata.”

Nesse sentido aproveitou para entregar à mesa cópia do orçamento (cujo valor ascende a 52.890 euros), referente à obra da cobertura do antigo centro de saúde, edifício do município, de forma a confirmar segundo ele, *“os valores por ele referidos na última assembleia municipal, e sobre os quais o Presidente da Mesa levantou dúvidas na ultima sessão deste órgão.”* Por outra parte, disse, *“estranhar que na ata da última sessão apareça uma página inteira dedicada à intervenção do Presidente da Mesa e, em contraposição, da parte do Presidente da Câmara apareçam intervenções pontuais.”*

Tomou a palavra o membro Davide Pica, referindo que para ele esta ata está incompleta, pois na parte em que diz *“o presidente disse que os eleitores elegem os seus representantes para que estes tomem decisões”* ele respondeu que: *“nós, deputados municipais, tal como o executivo, também tinham sido eleitos pelo povo/eleitores para os representar e as nossas vozes não foram ouvidas nesta matéria (no caso em questão, a casa mortuária).”*

Também citou, *“que não é fácil transmitir na ata “timtim” por “timtim” tudo o que aqui é dito mas no mínimo, o conteúdo perceptível para todos tem que estar na ata. Não sendo eu mais que ninguém mas também não sendo menos que outros, peço para que as minhas intervenções sejam posta na ata, mesmo que não seja palavra por palavra mas que se perceba o que aqui foi dito.”*

Resumindo, quis salientar o que tende a ser esquecido, *“é que nós, deputados que estamos deste lado também fomos eleitos pelo povo e não nos é dado a devida ou até a merecida importância, pois nunca somos ouvidos seja qual for a matéria. Este é o sentimento que eu tenho!*

Assim sendo, por considerar que a ata está incompleta, votarei contra a mesma!”

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa afirmando que, *“a intervenção do membro Emílio Domingues não corresponde à realidade, como se pode facilmente comprovar na Ata em análise, uma vez que a sua intervenção tem quatro parágrafos que ocupam pouco mais de meia página, enquanto as intervenções do Senhor Presidente da Câmara estão transcritas em quinze parágrafos, ao longo de várias páginas”.*

Reafirmou que, *“as Atas devem traduzir todas as intervenções de uma forma resumida, pelo que, a Ata em análise traduz tudo o que o funcionário, que presta colaboração Assembleia, conseguiu anotar, sublinhando ainda que, a Mesa não exerce qualquer tipo de ingerência na elaboração das mesmas”.*

Acrescentou ainda que, *“como já tinha referido no início do mandato, de maneira a evitar mal entendidos, os membros que usem da palavra poderão fazer chegar as suas intervenções, de uma forma resumida, ao funcionário que presta colaboração à Assembleia”.*

Não havendo mais comentários a efetuar, a ata da sessão ordinária, da Assembleia Municipal, realizada em 27/09/2019, foi aprovada por maioria, com dois votos contra dos membros, Emilio Domingues e Davide Pica, justificando os seus votos pelo acima descrito, duas abstenções dos membros Miguel Mondragão e João Gomes, por não terem estado presentes nessa sessão, e os votos a favor dos restantes membros presentes.

2 – APRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO N.º 28/2019/UAF/SGF, DE 08 DE NOVEMBRO, “RELAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS”: A Assembleia Municipal tomou conhecimento do documento em título.

3 - APRECIÇÃO DE EXPEDIENTE DIVERSO E PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES OU ESCLARECIMENTOS: O Senhor Presidente da Mesa deu conhecimento à Assembleia do expediente recebido, encontrando-se o mesmo em arquivo, nomeadamente:

- a) Do e-mail de 28/09/2019 do cidadão Francisco Oliveira - Assunto: Pedido de justificação de ausência à sessão da Assembleia Municipal de 27/09/2019;
- b) Da circ._59/2019/AM, de 11/10/2019, da ANMP – Assunto: Convocatória para participar no XXIV Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses;
- c) Do ofício n.º 26, de 14/10/2019, da Assembleia Municipal de Santa Comba Dão – Assunto: Envio de cópia da moção subordinada ao tema “Clarificação dos objetivos do Centro Interpretativo do Estado Novo”.

4 - PERÍODO DE INSCRIÇÕES PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: Seguidamente, antes de dar início à apreciação e votação dos assuntos constantes da Ordem de Trabalhos, nos termos do art.º 19º n.º 2 do Regimento da Assembleia, o Senhor Presidente da Mesa, anunciou a abertura de inscrições para solicitação de esclarecimentos no período de intervenção do público. Não houve inscrições por parte do público presente.

Antes de entrar na Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, quis em nome da Mesa, prestar as sentidas condolências à família, do senhor Francisco Pica Ramos, pelo seu falecimento em consequência do acidente de serviço.

ORDEM DE TRABALHOS

APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA E ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO: De acordo com a alínea c) n.º 2 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, apresenta-se o seguinte resumo da atividade desenvolvida pela Câmara Municipal de Barrancos, para conhecimento da Assembleia Municipal:

1 - A reprogramação dos fundos comunitários já está aprovada e disponível, com uma nova distribuição das verbas por municípios, depois de mais algumas negociações e de identificação das necessidades suplementares de verbas, para as operações incluídas na ITI/CIMBAL 2020.

Uma das alterações significativas nesta reprogramação foi a possibilidade de alterações quase ilimitadas das verbas entre as diversas PI, desde que pertencentes ao mesmo FUNDO.

Com esta reprogramação o Município de Barrancos conseguiu reforçar o saldo em cerca de 138.000,00€.

2 - No passado mês de outubro, tiveram início as obras de recuperação do edifício que irá albergar a Incubadora de Empresas, no bairro do Ferragial da Rua de Angola, prosseguindo a intervenção no património municipal degradado. As obras decorrem a

bom ritmo, que permitirá, em breve, a recuperação de um edifício pertença do Município que se vinha degradando ao longo das últimas três décadas e que terá um futuro de grande utilidade para o concelho.

3 - No dia 25 de outubro, estivemos presentes na sessão de adesão da Margem Esquerda do Guadiana à rede internacional de bio-regiões. A integração do Município de Barrancos na BIO MEG – Bio-Região da Margem Esquerda do Guadiana – é uma mais-valia para o município e para todos os envolvidos nas atividades agrárias do nosso território. A Bio-Região pretende abrir novas alternativas para a agricultura empresarial dos concelhos da Margem Esquerda do Guadiana, apostando na diferenciação pela qualidade e pela performance ambiental.

4 - A candidatura ao PAYT prevê, entre outras ações, a aquisição de viaturas, contentores e a adaptação do sistema de faturação à nova metodologia de recolha de resíduos sólidos.

No terreno, teve início a 30 de outubro, com uma sessão no Agrupamento de Escolas e outra no Cineteatro para a população em geral, tendo de imediato passado à informação porta a porta e à distribuição de contentores.

Estamos, neste momento, em período de afinação da experiência.

5 - No dia 4 de novembro realizou-se uma reunião entre a Câmara Municipal, os técnicos da Águas Públicas do Alentejo e a Barrancarnes, para tratar de vários assuntos entre os quais, tentar encontrar em conjunto uma solução para os problemas com a qualidade da água, pois as recolhas diárias para análise, demonstram que o cloro continua a chegar com parâmetros muito reduzidos a alguns locais mais distantes dos depósitos.

A questão só ficará totalmente resolvida com a ligação dos depósitos existentes no Parque Empresarial e desde sempre inativos.

6 - Realizou-se, no dia 5 de novembro, uma reunião com a Diretora Regional do ICNF, tendo como principal objetivo desatar as questões relacionadas com o perímetro florestal, nomeadamente a execução do Plano de Gestão Florestal, instrumento de ordenamento a integrar no PDM e no Plano de Ação da Rede Natura 2000, em curso.

7 - No âmbito do quadro comunitário 2020, apresentámos mais uma série de candidaturas e estão previstas outras até ao final do ano.

Na área da educação, em parceria com o Agrupamento de Escolas de Barrancos, o Município candidatou dois projetos:

- ✓ O 1.º - Educa + com a finalidade de melhorar o sucesso educativo, a qualidade e a eficiência do sistema de educação e combater o insucesso escolar.
- ✓ O 2.º - Projeto de Infraestruturas e Equipamentos para o Ensino, que vai permitir equipar com mobiliário as salas do Pré-Escolar, no edifício do Jardim de Infância; as três salas de 1º Ciclo, no edifício sede do Agrupamento de Escolas; o Refeitório; o Laboratório. E dotar com equipamento informático a Biblioteca e as salas de 1º ciclo e Pré-Escolar.
- ✓ O Município é também parceiro na Candidatura Intermunicipal da CIMBAL ± Sucesso Educativo no Baixo Alentejo juntamente com os restantes municípios do distrito e os 16 Agrupamentos de Escolas Públicas, Escolas Profissionais da Sub-região do Baixo Alentejo e o Instituto Politécnico de Beja.

- 
- ✓ Centro Municipal de Proteção Civil – As preocupações quotidianas com a proteção da nossa população são de grande importância para o atual executivo. Assim, o Município avançou para uma candidatura a uma infraestrutura, dotando esta área de um equipamento inexistente e necessário, permitindo, ao mesmo tempo, remodelar um espaço municipal.
  - ✓ O Município é, ainda, parceiro numa Candidatura Intermunicipal direcionada para a Proteção contra Riscos de Incêndios.
  - ✓ Candidatámos um estágio PEPAL, na área do desporto.

8 – Vai iniciar em breve a recuperação do troço da EN258, entre os ABVB e a fronteira. Como todos sabemos, o seu estado de conservação é inqualificável. Tratando-se de uma via de comunicação internacional, cartão de visita e porta de entrada de inúmeros visitantes e, sendo pertença do município, justifica-se o esforço de investimento, que nunca foi feito neste e noutros troços.

9 – Foi aprovado na última Reunião de Câmara o Protocolo Específico para o Estudo do Barranquenho, com a Universidade de Évora, que dará cobertura a todas as ações de curto, médio e longo prazo que pretendemos iniciar para a preservação da nossa língua, pois o protocolo com a Universidade de Évora existente, celebrado em fevereiro de 2008 é um documento genérico, que não contempla nenhuma ação específica que promova o estudo do Barranquenho.

A classificação como Património Cultural Imaterial de Interesse Municipal, aprovada pela Câmara e Assembleia Municipal de Barrancos em 2008, a realização do Congresso passados 9 anos (2017) e outras ações isoladas, não são iniciativas suficientes, nem as ações necessárias e prioritárias a realizar em prol do Barranquenho como língua e como património, que corre sérios riscos de vir a perder-se em poucas gerações, se não forem empreendidas no imediato.

(Doc. um da pasta anexa)

A Assembleia tomou conhecimento do Resumo do Diário da Tesouraria n.º 207 de 22/11/2019, assim como da relação de Dívida por Entidade Credora para 2019, tendo sido complementados com uma informação verbal do senhor Presidente da Câmara Municipal.

(Doc. dois e três da pasta anexa)

Mais, o senhor Presidente da Câmara deu conhecimento que, no âmbito do quadro comunitário 2020, além das candidaturas mencionadas na informação está prevista também, efetuar uma candidatura da regeneração urbana até ao final do ano.

Após esclarecimentos do senhor Presidente da Câmara, o senhor Presidente da Mesa, solicitou que lhe fizessem chegar o Mapa de reprogramação, passando a palavra aos membros da Assembleia Municipal.

Seguidamente tomou a palavra o membro Emilio Domingues, questionando o Presidente da Câmara sobre o seguinte:

1 – Existem na presente data, trabalhadores precários na Câmara Municipal, isto é, pessoal a trabalhar sem contrato, sem seguro e sem descontos para a segurança social?

2 - Relativamente ao PEPAL, perguntou sobre o estado dos concursos abertos recentemente e qual a razão para a insistência em preencher duas vagas para a UOSU,



na área técnica? Se haveria falta de recursos humanos naquela unidade? Sendo que em Janeiro último não foi renovado o contrato de prestação de serviços, que a Câmara mantinha com Engenheiro Manuel Navas, não se entendia a vontade e a insistência de agora recrutar outro engenheiro para aquela unidade, quando há bem pouco tempo foi dispensado um dos dois técnicos que ali desempenhava funções.

3 - Ainda no seguimento da pergunta anterior questionou o Presidente sobre se achava normal ou razoável que a Câmara tardasse mais de 90 dias em responder a um simples PIP (pedido de informação prévia), apresentado por um munícipe, tendo inclusive acrescentado que pela informação do técnico o processo estaria despachado da parte dele, pelo que só podia concluir que o atraso teria a ver com a vontade política do executivo em dar resposta ou não, devido à identidade do requerente.

4 - Questionei se com os outros investidores, que se dirigiam à Câmara, estas demoras eram usuais?

Mais, solicitou o envio de toda a documentação relacionada com o PIP (pedido de informação prévia), que se encontra registada em seu nome e que deu entrada na CMB em agosto último, nomeadamente o fluxo processual com os pareceres solicitados às várias entidades.

Sobre a questão da empreitada de requalificação da estrada nacional, no troço desclassificado entre a lancheira e o novo quartel dos BVB, efetuou as seguintes observações: *“estranhar o facto de o órgão executivo não receber informação sobre os projetos de obras aprovados, onde se inclui essa empreitada, ou do caso da incubadora de empresas, dado que não existe informação na atas do valor da obra nem do contrato por ajuste direto celebrado, ou à demora que o executivo teve em ratificar decisões tomadas pelo Presidente, caso do protocolo com o MAI para o novo quartel da GNR que esteve na gaveta quase um ano para depois vir a ratificação em reunião da câmara.”*

Referiu também que, *“ao contrário de outras câmaras, na nossa não se informa a vereação dos projetos de obras em curso nem se dá conhecimento dos projectos em concurso. Tanto mais que a empreitada que é referida na informação do Presidente, ainda não foi comunicada ao órgão executivo, nem há conhecimento do caderno de encargos nem do valor da mesma, sendo esta uma prática recorrente por parte do executivo em permanência.”*

O senhor Presidente da Câmara, esclareceu o seguinte:

1 – O Eng.º Manuel Navas encontrou outro serviço melhor, por esse motivo foi embora, tendo a possibilidade de integrar alguém nesta área através do PEPAL, a Câmara abriu concurso.

2 – A resposta à informação prévia ainda não foi dada, por estar a ser consultada outra entidade para parecer prévio.

3 – Quanto à empreitada do troço de estrada entre a Fronteira e o Quartel dos BVB, foram consultadas várias empresas, das quais apenas uma apresentou orçamento que não chega aos cento e cinquenta mil euros. Por este valor, além deste troço descrito, irá ser intervencionada uma Rua, que está em mau estado.

Seguidamente tomou a palavra o membro Davide Pica, questionando os seguintes assuntos:

1 - Lendo as atas de reunião de Câmara ficou sabedor que houve legionella na nossa escola. A situação já está definitivamente resolvida?

Se a legionella chegou à escola, o que a impede de chegar às nossas casas? A integridade física da população corre riscos?

2 – Quanto à recolha do lixo porta a porta, disse: *“tenho ouvido e constatado que muitos munícipes estão contrariados com a nova medida que aí vem da recolha do lixo porta a porta. Pelo que me tenho apercebido e em boa verdade também partilho da mesma opinião, as pessoas não estão contra a implementação do sistema de recolha e reciclagem porta a porta mas sim contra o facto de retirarem os contentores da vila. Não será possível deixar os contentores e até acrescentar mais em pontos da Vila, que estão despovoados deles?”*

Acho, na minha opinião, que é um erro retirarem os ecopontos e que estamos correndo sérios riscos de Barrancos se transformar numa lixeira a céu aberto! Queria só deixar aqui o alerta para isso.”

3 – Questionou se a medida do “Passe Escolar”, não pode ser abranger qualquer aluno que opte por ir estudar para Moura, mesmo antes do secundário?

Pois sei que há pais descontente com a situação do horário dos filhos serem incompletos e alguns até estão pensando que se a situação se mantiver ou agravar, mandar os filhos para fazer o 9º ou até o 8º ano em Moura! Se isto vier a acontecer, este passe também pode abranger estes alunos?

Percebe que o facto de alguns alunos irem concluir o 9º ano fora de Barrancos, agravaria a situação da escola mas também percebe e acha legítimo a preocupação dos pais em relação a situação que os filhos atravessam visto que também é obrigatório os alunos terem horário completo e este não existe no concelho.

O senhor Presidente, respondeu que a informação sobre a legionella, estava na ata da ultima reunião de Câmara,

O membro Davide Pica, respondeu que não tinha tido acesso a essa ata, visto que a mesma não se encontrava na documentação que tinha sido entregue e que se essa informação tivesse chegado a ele não teria feito a pergunta!

Relativamente à retirada dos contentores o senhor Presidente, esclareceu que os mesmos irão ser retirados gradualmente de acordo com as medidas tomadas pela Resialentejo, a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal.

Em referência ao Passe Escolar, o senhor Presidente da Mesa, esclareceu que é uma medida aprovada para o ensino secundário, pelo que, não estão abrangidos outros alunos por existir oferta letiva no Concelho.

Seguidamente tomou a palavra o membro Xavier Cortegano, que solicitou os seguintes esclarecimentos:

1 – Relativamente ao projeto Payt, existe alguma regulamentação? Estão as medidas tomadas previstas, para não haver constrangimentos na implementação das mesmas?

2 – Considerando a deteção de legionella, no caso concreto, na escola, está em causa a qualidade da água que chega a casa dos munícipes?



O senhor Presidente da Câmara, esclareceu que todas as medidas tomadas foram previamente analisadas, para que não venha a haver constrangimentos na recolha do lixo.

Informou também que a qualidade da água está assegurada, sendo que o controlo está a ser efetuado pela empresa Águas Publicas do Alentejo, com a realização de colheitas quase diárias, para análise da qualidade.

Seguidamente tomou a palavra o membro, Inês dos Santos, referindo-se ao projeto Payt, acha que não passam de teorias, pois na sua opinião há de haver pessoas que não conseguem movimentar os contentores individuais distribuídos, assim como, quando houver pessoas que tem casa em Barrancos, mas vivem noutra localidade, vierem por exemplo ao fim-de-semana, quando forem embora tem de colocar todo o lixo na Rua.

Havendo dias certos para a recolha seletiva, aquele lixo que nesse dia não for o indicado para a sua recolha, vai ficar à porta até chegar o dia que pertence recolher?

Quanto à fatura, quando começam as pessoas a receber os descontos no pagamento, por reciclarem o lixo?

O senhor Presidente da Câmara, esclareceu que todas essas questões já foram levantadas à Resialentejo, de momento ainda não está definido como var ser.

Também o membro Domingos Pica, relativamente ao ponto sete da informação do senhor Presidente, onde se refere que no âmbito do quadro comunitário 2020, foi apresentada uma candidatura, com vista a dotar a Biblioteca com equipamento informático, estando de acordo com essa medida, não está de acordo com a localização de uma Biblioteca Pública, no interior da Escola, não poderia encontrar-se outro espaço para instalação desse equipamento?

O senhor Presidente da Câmara, afirmou que também não concorda com a localização da Biblioteca Pública, na Escola, mas neste caso, sente-se satisfeito por poder dotar a Biblioteca da Escola deste equipamento.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa, solicitando ao Senhor Presidente da Câmara, respostas diretas com sim ou não, sobre:

- *“se o projeto do Quartel da GNR é da iniciativa/responsabilidade da Câmara?”*

- *“se os dois técnicos superiores da UOSU, Arquiteto e Engenheira, se encontram no pleno exercício das suas funções?”*

O Senhor Presidente da Câmara respondeu, não à primeira questão e sim à segunda.

Não havendo mais questões a colocar, o Senhor Presidente da Mesa deu conhecimento que passaria à apreciação e votação dos pontos da ordem de trabalhos.

Deliberação n.º 16/AM/2019 – APRECIACÃO E APROVAÇÃO DO “REGULAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO E DE INCENTIVO AO VOLUNTARIADO NO CORPO DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE BARRANCOS”: Pelo artigo 35º do Regulamento das Medidas de Orientação e Execução Orçamental de 2017 (ROE2017), foram criadas as *“medidas de incentivo ao*

voluntariado nos bombeiros voluntários de Barrancos”, cujas regras de aplicação e controlo, que desenvolvem a medida entrou em vigor a 1 de janeiro de 2017.

Estas medidas, que inicialmente se previam provisórias, foram sendo mantidas em vigor e alargada a sua aplicação até 2019, por força dos regulamentos de execução dos orçamentos municipais – cf. art. 34º do REO 2018 e art. 30º do REO 2019.

Decorridos cerca de três anos desde a sua criação, estamos em condições de proceder ao aprofundamento da medida, com ajustamento, e a sua institucionalização no ordenamento regulamentar municipal.

Neste sentido, o presente regulamento tem como finalidade estabelecer as formalidades e os procedimentos para apresentação, apreciação e decisão da aplicação da medida de incentivo e da atribuição dos respetivos benefícios ou regalias sociais aos seus destinatários.

O início do presente procedimento foi objeto de publicitação nos locais de estilo, na área do município de Barrancos e no sítio eletrónico da CMB (www.cm-barrancos.pt), pelo Edital nº 21/2019, de 3/9, sem que se tivesse registado a constituição de interessados ou assistentes no processo, durante o prazo que terminou em 20/09/2019.

Ouvida a direção e o comando dos BVB;

Ouvidos os quatro dirigentes municipais da UASC, UAF, UOSU e SMPC;

Considerando o disposto no artigo 6ºA do Decreto-Lei nº 241/207, aditado pelo Decreto-lei nº 64/2019, de 16/5;

Assim:

No uso da competência conferida pela alínea g), do n.º 1, do artigo 25º, do regime jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12/09, a Assembleia Municipal de Barrancos, sob proposta da Câmara Municipal, aprovada pela deliberação n.º 117/CM/2019, de 26/9, deliberou por unanimidade, o seguinte:

Artigo 1º

Objeto

O presente regulamento estabelece as medidas de apoio e de incentivo ao voluntariado nos bombeiros voluntários de Barrancos (BVB), bem como as suas condições de aplicação e de controlo por parte dos serviços municipais.

Artigo 2º

Medidas de incentivo ao voluntariado nos BVB

1 - Constituem medidas de incentivo ao voluntariado no corpo dos BVB, a concessão das seguintes regalias sociais:

1.1 - No domínio da educação (ação social escolar):

- a) A isenção de pagamento de preço pela frequência das Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF), na educação pré-escolar;
- b) A isenção de pagamento de preço pela frequência de *ATL*, desde que promovido pelo Município;
- c) A isenção de pagamento de preço pela frequência da *Escola de Natação*, desde que promovida pelo Município;
- d) A atribuição automática do escalão A da ação social escolar, para efeitos de comparticipação de material escolar e de alimentação escolar, na educação pré-escolar e no 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico;

- 
- e) A comparticipação, na totalidade, das despesas com transporte escolar para frequência do ensino secundário, tendo como referência máxima o “*passse escolar*” da carreira Barrancos/Moura/Barrancos;
  - f) A concessão automática de bolsa de estudo pela frequência de curso de ensino superior, conferente de grau de licenciatura e/ou mestrado integrado, bem como de curso técnico superior profissional (CTSP), no valor indexado ao 1º escalão previsto no regulamento municipal de bolsas de estudo, desde que tenha aproveitamento no ano letivo anterior, salvo se se tratar de início de curso.

1.2 - No domínio das taxas ou preços:

- a) A atribuição de tarifa social da água, saneamento e resíduos, nos termos previsto na regulamentação municipal, por um ano renovável até ao máximo de cinco anos, desde que titular do contrato;
- b) A redução, em 50%, das taxas municipais no domínio do urbanismo pelo licenciamento de construção, reconstrução, ampliação e conservação de habitação própria permanente;
- c) A isenção de pagamento de entrada no Complexo Municipal de Piscinas.

1.3 - No domínio da ação social/apoios à habitação e à natalidade:

- a) A majoração em 50%, da subvenção a conceder no âmbito do programa Municipal Casa Jovem, não podendo nunca ser superior ao valor da renda;
- b) A majoração em 50%, da prestação pecuniária a conceder no âmbito do programa Municipal PAF-Família.

Artigo 3º

Condições de acesso genéricas

1 - São beneficiários dos incentivos (regalias sociais) previstos no artigo anterior, os bombeiros dos quadros de comando e ativo, com mais de seis meses de antiguidade e efetividade de funções no corpo dos BVB.

2 - São, também, beneficiários dos incentivos, os cadetes e infantes do corpo dos BVB, com mais de seis meses de antiguidade no corpo dos BVB.

3 – Igualmente, beneficiam dos incentivos (regalias sociais) os descendentes e adotados dos elementos dos quadros de comando e ativo, menores de 18 anos, podendo esta idade ser alargada até aos 23 anos, que se encontrem a frequentar o ensino secundário geral ou equivalente, ou curso do ensino superior conferente de grau de licenciatura e/ou mestrado integrado, bem como de curso técnico superior profissional (CTSP).

4 – A atribuição do benefício e/ou regalia social não é de concessão automática, dependendo sempre, caso a caso, de requerimento do potencial beneficiário.

5 – No caso de potencial beneficiário menor de idade, o pedido será instruído em nome do próprio, subscrito por um dos progenitores ou pelo titular do poder paternal, conforme o caso.

Artigo 4º

Forma de Instrução do pedido de benefício social

1 - O pedido de atribuição do benefício ou regalia social é apresentado pelo potencial destinatário, mediante o preenchimento de formulário oficial, entregue através do comando do corpo dos BVB, acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Certidão/declaração emitida pela ANEPC, comprovativa do tempo de serviço e/ou antiguidade nos BVB;
- b) Certidão/declaração emitida pelo comandante dos BVB, comprovativa da efetividade do serviço nos BVB, nos últimos seis meses.

2 - Para os efeitos previstos no número anterior, caso o benefício seja destinado a descendentes ou adotados, deve o requerimento ser acompanhado de declaração da Junta de Freguesia de Barrancos, certificando a composição do agregado familiar, bem como de cópia do cartão de estudante ou declaração do estabelecimento de ensino confirmando a inscrição e o ano de frequência, quando devido.

Artigo 5º

Prazo e condições para concessão do benefício social

O benefício ou regalia social é concedido da seguinte forma:

1 - No caso das isenções previstas nas alíneas a) a c) do ponto 1.1 do artigo 2º (AAAF, ATL e Escola de Natação), apresentada juntamente com a inscrição, a sua atribuição esgota-se no ato da comunicação da decisão.

2 - No caso da atribuição automática do escalão A da ação social escolar, a que se refere a alínea d) do ponto 1.1 do artigo 2º, o benefício é concedido nos mesmos termos e condições dos restantes alunos do agrupamento de escolas de Barrancos, tendo a duração de um ano letivo.

3 - No caso da atribuição dos benefícios com “transporte escolar do ensino secundário” e/ou “bolsa de estudo do ensino superior”, a que se referem as alíneas e) e f) do ponto 1.1 do artigo 2º, a sua concessão tem a duração de um ano letivo, sendo a participação ou bolsa paga nos termos e nas condições dos respetivos regulamentos.

4 - No caso da tarifa social da água, a que se refere a alínea a) do ponto 1.2 do artigo 2º, a sua atribuição é concedida pelo prazo de um ano, sendo a sua renovação anual requerida nas condições previstas no artigo 4º, nos 30 dias anteriores ao termo do benefício, sob pena de caducidade.

5 - No caso da redução, em 50%, das taxas municipais no domínio do urbanismo, a que se refere a alínea b) do ponto 1.2 do artigo 2º, a sua atribuição esgota-se no ato de comunicação da decisão, não podendo o beneficiário usufruir do mesmo benefício antes de decorrido o prazo de 24 meses.

6 - No caso da majoração dos programas municipais “Casa Jovem” ou “PAF – Natalidade”, referidos no ponto 1.3 do artigo 2º, a concessão tem caráter continuado, esgotando-se no termo do prazo legal previsto no regulamento dos programas respetivos.

7 - Sem prejuízo do prazo de concessão, o incentivo ou regalia social de caráter continuado caduca a pedido do beneficiário, do comando dos BVB ou oficiosamente através dos serviços municipais, no mês em que o seu titular deixar de cumprir as condições fixadas nos nºs 1 a 3 do artigo 3º do presente regulamento.

Artigo 6º

Procedimento para decisão, acompanhamento e monitorização



1 - É da competência da UASC, o acompanhamento, monitorização e avaliação das medidas constantes no presente regulamento, bem como a elaboração de proposta de decisão dos pedidos, reunidos os pareceres das chefias das unidades orgânicas abrangidas, em matéria de competências (UAF, UOSU e SMPC).

2 - A decisão da aplicação do benefício ou regalia social é da competência do presidente da CMB, com faculdade de delegação em vereador, mediante proposta final elaborada pelo chefe da UASC, precedida do parecer prévio referido na parte final do número anterior.

3 - Os dirigentes dos serviços com intervenção neste domínio, designadamente a UASC, a UAF, UOSU e SMPC, devem articular os procedimentos administrativos tendentes a agilizar a tramitação processual para a tomada de decisão.

4 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, é da competência da UAF, o pagamento das comparticipações ou reembolsos de despesas ou outros benefícios, que tenham sido atribuídos pela CMB.

5 - A decisão será sempre comunicada ao requerente, através do corpo dos BVB, sendo publicada, por extrato, no sítio eletrónico da CMB na página relativa a este assunto.

Artigo 7º

Disposições revogadas e transitórias

1 - Fica revogada a deliberação nº 158/CM/2016 de 21/12, bem com o artigo 30º do REO 2019, aprovado pela Deliberação nº 19/AM/2018, de 30/11.

2 - Os benefícios ou regalias sociais concedidas ao abrigo das medidas de incentivo ao voluntariado ora revogadas, mantem-se em vigor até ao seu esgotamento, aplicando-se, em caso de renovação, as regras ora aprovadas.

Artigo 8º

Entrada em vigor e produção de efeitos

O presente regulamento entra em vigor no dia 1 de janeiro de 2020.
(Aprovado em minuta - doc. quatro da pasta anexa)

Deliberação n.º 17/AM/2019 – APRECIACÃO E APROVAÇÃO DA “PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE COMPARTICIPAÇÃO NO TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO SECUNDÁRIO”, CRIANDO O “PASSE ESCOLAR – BARRANCOS/MOURA/BARRANCOS”: O alargamento da escolaridade obrigatória até ao 12º ano deveria ter sido acompanhada de mecanismos que garantisse, ainda que parcialmente, a gratuidade da sua frequência, sob a responsabilidade governamental. Não sendo assim, a CMB mantém desde finais dos anos 1970 (1976/77), um programa social que comparticipa os encargos com o transporte escolar no ensino secundário.

Nesta data, depois de várias alterações, o modelo de comparticipação municipal neste domínio, varia entre os 100% e 50% do passe escolar, de acordo com o escalão da ação social escolar do aluno, com efeitos desde 1 de janeiro de 2017 (vide regulamento n.º 1089/2016 – DR, 2ª série, nº 237, de 13/12/2016)

No caso de Barrancos, a frequência do ensino secundário tem custos elevados, porque está dependente de deslocação ao estabelecimento de ensino situado em Moura, que implica um percurso diário em carreira de mais de 100 km (ida e volta).

Se bem que, por força do artigo 37º do Decreto-Lei nº 55/2009, de 2/3, esta competência continue a ser da responsabilidade governamental, nada impede que o Município estabeleça a assunção deste encargo generalizando a comparticipação dos 100% a todos os alunos, independentemente do escalão da ASE em que se encontre.

É pois, com este objetivo, que o Município, no âmbito do Programa de Apoio à Redução Tarifária nos transportes públicos (PART), aprovado pelo artº 234º da Lei do Orçamento de Estado de 2019 (LOE 2019), procede à criação do Passe Escolar Barrancos/Moura/Barrancos, destinado aos alunos residentes em Barrancos que frequentam o ensino secundário em estabelecimento escolar de Moura, sem comparticipação pública ou privada.

O início do presente procedimento foi objeto de publicitação nos locais de estilo, na área do município de Barrancos e no sítio eletrónico da CMB (www.cm-barrancos.pt) em 08/10/2019 - cf. Edital nº 27/2019, de 4/10.

O presente regulamento que entra em vigor no dia 1 de janeiro de 2020, produz efeitos financeiros reportados ao início do ano letivo 2019/2020, estando já salvaguardados no Orçamento Municipal de 2020 o seu impacto financeiro.

Assim:

No uso da competência conferida pela alínea g), do n.º 1, do artigo 25º, do regime jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12/9, a Assembleia Municipal de Barrancos, sob proposta da Câmara Municipal, aprovada pela deliberação n.º 142/CM/2019, de 14/11, deliberou por unanimidade, o seguinte:

Artigo 1º - A presente deliberação procede à primeira alteração ao Regulamento municipal de comparticipação no transporte escolar do ensino secundário em Barrancos, aprovado pela deliberação nº 23/AM/2016, de 23/11, publicado no DR, 2ª série, nº 237, de 13/12/2016, procedendo à criação do título *Passe Escolar - Barrancos/Moura/Barrancos*.

Artigo 2º - Os artigos 2º, 4º, 5º e 7º do Regulamento referido no artigo anterior, passam a ter a seguinte redação:

“Artigo 2º

Montante e forma de comparticipação

1 – A comparticipação municipal no transporte escolar do ensino secundário ascende a 100% do valor suportado pelo estudante/família, no itinerário da carreira de Barrancos/Moura/Barrancos, que para todos os efeitos legais se considera “Passe escolar – Barrancos/Moura/Barrancos”.

2 – Não são aceites títulos de transporte (bilhetes) avulso, devendo estes, em caso de utilização, ser substituídos por fatura-recibo ou, excecionalmente, declaração da empresa transportadora, com a indicação do mês de utilização e o respetivo montante.

3 – Em nenhum caso a comparticipação municipal poderá ser superior ao valor do “Passe escolar – Barrancos/Moura/Barrancos”.

4 - A comparticipação prevista no presente artigo reveste a forma de subsídio que, para os efeitos legais, poderá ser considerado como bolsa de estudo no âmbito da ASE municipal.

Artigo 4º

Limites de comparticipação

1 - Não será objeto de comparticipação o passe escolar do aluno que tenha mais de quatro inscrições de frequência, seguida ou interpolada, no ensino secundário regular ou profissional.

2 - Excecionalmente, para conclusão do curso do ensino secundário, pode o aluno usufruir de mais um ano de comparticipação municipal, mas neste caso limitada sempre a 50% do passe mensal.

Artigo 5º
Do pedido de comparticipação

1 - (...):

a) (...);

b) (revogada)

c) Passa a alínea b);

d) Passa a alínea c)

e) Passa a alínea d)

2 - O pedido de reembolso da comparticipação deve ser apresentado nos serviços municipais, com periodicidade mensal, através do impresso a fornecer pela CMB, acompanhado obrigatoriamente do original do “passe escolar” ou, excecionalmente, do documento referido nº 2 do artigo 2º do presente regulamento.

3 - (...)

Artigo 7º
(Processo de avaliação e tramitação processual)

1 - (...).

2 - A UASC, observando os requisitos e condições do presente regulamento, elabora a lista provisória das candidaturas apresentadas, e admitidas com indicação do montante máximo da comparticipação municipal, estimada, bem como das candidaturas excluídas, com a indicação dos motivos de exclusão entre outros elementos pertinentes que considerou relevantes para a avaliação.

3 - (...)

4 - Terminado o prazo de audiência prévia previsto no número anterior, ou decididas as reclamações apresentadas, a UASC elabora relatório com a lista final, com a indicação das candidaturas admitidas e excluídas, e o montante máximo da comparticipação municipal, entre outros elementos pertinentes que considerou relevantes para a avaliação.

5 - (...).”

Artigo 3º - As alterações ora aprovadas ao regulamento entram em vigor no dia 1 de janeiro de 2020, sendo aplicado às despesas de “passe escolar” do ano letivo 2019/2020.

Artigo 4º - Para os efeitos previstos no artigo anterior (revisão da comparticipação municipal do ano letivo 2019/2020), deve a CMB, oficiosamente, através da UASC, proceder à atualização da comparticipação, bem como ao reembolso do remanescente dos custos suportadas pelos alunos que estavam abrangidos pelos escalões B e C da ASE, cuja lista foi aprovada pela deliberação nº 121/CM/2019, de 17/10.

Artigo 5º - O Regulamento municipal de comparticipação no transporte escolar do ensino secundário em Barrancos, na sua redação ora aprovada, doravante designado “Regulamento municipal de comparticipação no transporte escolar do ensino secundário em Barrancos - “Passe Escolar Barrancos/Moura/Barrancos”, é republicado em anexo à presente deliberação, do qual faz parte integrante, com exclusão do artigo 11º que se considera eliminado.

Artigo 6º - Anualmente, no âmbito do programa Educação, é criado nos documentos previsionais do Município, o projeto “Passe Escolar – Barrancos/Moura/Barrancos”, tendo como finalidade o cumprimento das obrigações decorrentes do presente regulamento.

Anexo a que se refere o artº 5º

Regulamento municipal de comparticipação no transporte escolar do ensino secundário em Barrancos – criando o “Passe Escolar Barrancos/Moura/Barrancos”

(Versão consolidada – Deliberação nº 23/AM/2016, de 23/11, alterada pela Deliberação nº 17/AM/2019, de 22/11)

Artigo 1º
Âmbito e objeto

1 – O presente regulamento estabelece as regras de comparticipação municipal no transporte escolar do aluno residente em Barrancos, que se encontre a frequentar estabelecimento de ensino secundário em Moura.

2 - A comparticipação prevista no presente regulamento abrange também o aluno que se encontre a frequentar o estabelecimento de ensino secundário profissional em Moura, desde que não seja beneficiário de subsídio de transporte ou equivalente.

3 – Excecionalmente, pode a CMB alargar a comparticipação, nos mesmos termos e condições, ao aluno que se encontre a frequentar estabelecimento de ensino secundário regular ou profissional, situado noutra localidade, a não mais de 110 km de distância de Barrancos, desde que não seja beneficiário de subsídio de transporte ou equivalente.

Artigo 2º
Montante e forma de comparticipação

1 – A comparticipação municipal no transporte escolar do ensino secundário ascende a 100% do valor suportado pelo estudante/família, no itinerário da carreira de Barrancos/Moura/Barrancos, que para todos os efeitos legais se considera “Passe escolar – Barrancos/Moura/Barrancos”.

2 – Não são aceites títulos de transporte (bilhetes) avulso, devendo estes, em caso de utilização, ser substituídos por fatura-recibo ou, excecionalmente, declaração da empresa transportadora, com a indicação do mês de utilização e o respetivo montante.

3 – Em nenhum caso a comparticipação municipal poderá ser superior ao valor do “Passe escolar – Barrancos/Moura/Barrancos”.

4 - A comparticipação prevista no presente artigo reveste a forma de subsídio que, para os efeitos legais, poderá ser considerado como bolsa de estudo no âmbito da ASE municipal.

Artigo 3º
Meio de transporte a utilizar

Na efetivação do transporte da população escolar serão utilizados os meios de transporte público coletivos que sirvam os locais dos estabelecimentos de ensino e de residência dos alunos.

Artigo 4º
Limites de comparticipação

1 - Não será objeto de comparticipação o passe escolar do aluno que tenha mais de quatro inscrições de frequência, seguida ou interpolada, no ensino secundário regular ou profissional.

2 - Excecionalmente, para conclusão do curso do ensino secundário, pode o aluno usufruir de mais um ano de comparticipação municipal, mas neste caso limitada sempre a 50% do passe mensal.

Artigo 5º
Do pedido de comparticipação

1 - A candidatura à atribuição da comparticipação prevista no presente regulamento, é apresentada mediante requerimento-tipo, acompanhada dos seguintes documentos:

- a) Certidão da Junta de Freguesia de Barrancos, confirmando a residência e composição do agregado familiar do aluno;
- b) Fotocópia do cartão de estudante ou certidão de matrícula escolar do ano letivo;
- c) Documento comprovativo do aproveitamento escolar do aluno no ano letivo anterior, salvo se se tratar do primeiro ano do ensino secundário (10º ou equivalente);
- d) Certidão comprovativa da inscrição no recenseamento eleitoral de Barrancos, para efeitos de confirmação de residência, para aluno(a) maior de 17 anos.

2 - O pedido de reembolso da comparticipação deve ser apresentado nos serviços municipais, com periodicidade mensal, através do impresso a fornecer pela CMB, acompanhado obrigatoriamente do original do “passe escolar” ou, excecionalmente, do documento referido nº 2 do artigo 2º do presente regulamento.

3 - São indeferidos liminarmente os pedidos que não se encontrem instruídos nos termos do presente artigo.”

Artigo 6º
Competência municipal para decisão

1 - É da competência da CMB, por decisão anual, determinar a abertura de candidaturas para apresentação dos pedidos de comparticipação municipal no domínio do ensino secundário, com a indicação dos prazos máximos para o efeito.

2 - Sem prejuízo da sua avocação pelo presidente da CMB, fica delegada diretamente no vereador com competências na área da educação, a competência necessária para gerir, coordenar e despachar os pedidos apresentados nos termos do presente regulamento.

Artigo 7º
(Processo de avaliação e tramitação processual)

1 – As candidaturas são apreciadas e analisadas pela Unidade de Ação Sociocultural da CMB (UASC), no prazo de 10 dias úteis após o termo de encerramento do prazo de apresentação.

2 – A UASC, observando os requisitos e condições do presente regulamento, elabora a lista provisória das candidaturas apresentadas, e admitidas com indicação do montante máximo da comparticipação municipal, estimada, bem como das candidaturas excluídas, com a indicação dos motivos de exclusão entre outros elementos pertinentes que considerou relevantes para a avaliação.

3 – Dentro do prazo da audiência prévia, de 10 dias úteis, pode o candidato apresentar reclamação por escrito, nos termos e nas condições fixadas no CPA, que deverá ser objeto de decisão nos cinco dias úteis imediatos.

4 – Terminado o prazo de audiência prévia previsto no número anterior, ou decididas as reclamações apresentadas, a UASC elabora relatório com a lista final, com a indicação das candidaturas admitidas e excluídas, e o montante máximo da comparticipação municipal, entre outros elementos pertinentes que considerou relevantes para a avaliação.

5 - A concessão da comparticipação municipal é da competência da CMB, com base no relatório final elaborado pela UASC, referido no número anterior.

Artigo 8º
Serviços municipais competentes

1 - Para os efeitos previstos na presente deliberação, consideram-se serviços municipais competentes:

- a) À UASC - receção, apreciação e análise dos pedidos e preparação de propostas de comparticipação.
- b) À UAF – verificação e processamento do pagamento da comparticipação, com base na proposta da UASC.

2 - O pagamento da comparticipação obedece aos seguintes trâmites processuais:

- a) Se apresentados nos primeiros 10 dias do mês – o pagamento deverá ocorrer até ao final da quinzena;
- b) Se apresentados entre o 10º e o 15º dia do mês - o pagamento deverá ocorrer até ao dia 20;
- c) Se apresentados a partir do 21º dia – o pagamento deverá ocorrer no primeiro processamento da quinzena seguinte.

Artigo 9º
Revogação

Fica revogada a Deliberação nº 104/CM/2002, de 11/9, na redação dada pelas deliberações nºs 31/CM/2007, de 28/3, 140/CM/2008, de 24/9 e 158/CM/2013, de 17/12.

Artigo 10º
Produção de efeitos

O presente regulamento entra em vigor no dia 1 de janeiro de 2017, sendo aplicado às despesas de “passe escolar” a partir dessa data.
(Aprovado em minuta - doc. cinco da pasta anexa)

Deliberação n.º 18/AM/2019 – APRECIÇÃO E DECISÃO SOBRE A PROPOSTA DE NÃO ELABORAÇÃO DO QUADRO PLURIANUAL DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTAL (QPPO): Submetida à votação e sob proposta da Câmara Municipal, aprovada pela deliberação n.º 134/CM/2019, de 31 de outubro, nos termos do artigo 41º e 44º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a Assembleia Municipal de Barrancos, deliberou por unanimidade, aprovar, a não apresentação do quadro plurianual de programação orçamental, tendo em conta a falta de regulamentação prevista no artigo 47º da referida Lei, e com base na informação n.º 26/2019/UAF/SGF, de 18/10/2019,
(Aprovado em minuta - doc. seis da pasta anexa)

Deliberação n.º 19/AM/2019 – APRECIÇÃO E DECISÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS: Submetida à votação e sob proposta da Câmara Municipal, aprovada pela deliberação n.º 135/CM/2019, de 31 de outubro, nos termos do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, aprovar, a proposta de participação variável no IRS, nos seguintes termos:

- O lançamento, para o ano dos rendimentos 2020, de uma participação de 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78.º do Código do IRS, com afetação às despesas municipais, e, posterior comunicação, por via eletrónica, à Autoridade Tributária, de acordo com o n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro.

- Autorizar a UAF a comunicar à Autoridade Tributária, no prazo legal, a presente decisão.

(Aprovado em minuta - doc. sete da pasta anexa)

Deliberação n.º 20/AM/2019 – APRECIÇÃO E DECISÃO SOBRE A ATUALIZAÇÃO DAS TAXAS DO MUNICÍPIO DE BARRANCOS: Antes de dar início à votação, o membro Davide Pica, referindo-se à obrigatoriedade da atualização da Tabela de Taxas do Município mediante a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor, estranhou o facto de ser obrigatório e ser votado, por isso questionou: se assim é, porque é votado em Assembleia, visto ser obrigatório? Suponhamos que a Assembleia vota contra e rejeita esta medida, que fazemos?

O senhor Presidente da Mesa, esclareceu que a obrigatoriedade resulta das normas regulamentares, pelo que, se é tomada uma decisão contrária, terá de ser presente nova proposta.

Efetuados os esclarecimentos, analisado o documento em título e submetido à votação, sob proposta da Câmara Municipal, aprovada pela deliberação 136/CM/2019, de 31 de outubro, a Assembleia Municipal de Barrancos, deliberou por unanimidade, aprovar, no uso da competência prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e alterado pelas Leis n.ºs 25/2015, de 20 de março e 69/2015, de 16 de julho, a proposta de

atualização dos valores das taxas mediante a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor (*dados do INE – setembro de 2019: 1,2%*), conforme Tabela de Taxas do Município de Barrancos para 2020, a qual fica em pasta, anexa aos documentos presentes nesta sessão.

(Aprovado em minuta - doc. oito da pasta anexa)

Deliberação n.º 21/AM/2019 – APRECIACÃO E DECISÃO SOBRE O MAPA DE PESSOAL PARA 2020: Submetida à votação e sob proposta da Câmara Municipal, aprovada pela deliberação n.º 137/CM/2019, de 31/10, a Assembleia Municipal de Barrancos, deliberou por maioria, com sete votos contra dos membros da CDU e do CDS-PP.PPD/PSD, que apresentaram declaração de voto em separado, abaixo transcritas na íntegra, uma abstenção do membro Davide Pica do PS e sete votos a favor dos restantes membros do PS, tendo o senhor Presidente da Mesa voto de qualidade, também apresentou declaração de voto, abaixo transcrita na íntegra, aprovar, o Mapa de Pessoal da autarquia para o ano de 2019, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e de acordo com a proposta apresentada através da informação n.º 012/2019/UAF/SRHAG, de 23/10/2019, a qual fica em pasta, anexa aos documentos presentes nesta sessão.

“TRANSCRIÇÃO DA DECLARAÇÃO DE VOTO DOS MEMBROS DA CDU

1. CONSIDERAÇÕES

Uma vez analisado o mapa de pessoal para 2020 que nos foi entregue, surgem-nos as seguintes dúvidas:

Para além da opção política enviesada, **qual é o critério funcional e/ou organizacional**, tendo em conta o bom funcionamento dos serviços municipais, **que leva a que sejam tomadas diferentes opções entre os 2 lugares de técnicos superiores que são propostos em termos de contrato a tempo indeterminado e os restantes que são em regime de contrato de trabalho a termo certo** (5 na carreira de assistente operacional e 1 na carreira de técnico superior – área do Direito)?

Por outro lado, a proposta de um desses lugares de contrato a tempo indeterminado oferece-nos bastantes dúvidas pela coincidência absurda entre a especialidade da formação académica requerida e a existência dessa mais valia dentro do próprio executivo. Estando, portanto, essa necessidade coberta, não se percebe que a mesma venha a ser considerada **como urgente e necessária no mapa de pessoal**. Queremos pensar, no entanto, que não estará em causa qualquer uso ou abuso do poder público, neste caso de cargo político ou (equivalente) para proveito, promoção ou prestígio particular, de forma que constitua violação da lei e/ou de padrões de elevada conduta moral.

Por outro lado, no que respeita às verbas inscritas no orçamento, continuamos a observar que não é respeitado o artigo 31.º, alínea b), da Lei 35/2014, onde diz que o “orçamento dos órgãos ou serviços deve prever os encargos relativos aos postos de trabalho previstos nos mapas de pessoal aprovados e para os quais se preveja recrutamento”. É notório que os valores alocados não correspondem à totalidade do custo previsto com pessoal, tendo aliás, como referência, por um lado, as sucessivas alterações orçamentais apresentadas ao longo de 2018 e 2019 e que, na sua maioria confirmam os sucessivos défices de verbas destinadas, nos orçamentos iniciais

apresentados, em especial, na rubrica “Despesas com Pessoal”, bem como por análise dos mapas incluídos na Prestação de Contas 2018.



2. TOMADA DE POSIÇÃO

Face ao exposto e de acordo com o estipulado no artigo 58.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os eleitos da bancada da CDU da AM Barrancos decidimos, no uso das nossas competências, votar **CONTRA** o Mapa de Pessoal para 2020 a que se refere o **ponto 7** da Ordem de Trabalhos da 5.ª sessão ordinária, da Assembleia Municipal, de 22 de novembro de 2019.”

“TRANSCRIÇÃO DA DECLARAÇÃO DE VOTO DO MEMBRO DO CDS-PP.PPD/PSD – “PELOS NOSSOS FILHOS”

Xavier Roque Cortegano, membro da Assembleia Municipal de Barrancos, eleito pela Coligação CDS-PP.PPD/PSD – “Pelos Nossos Filhos”, depois de analisar o mapa de pessoal para 2020, verifiquei que se prevê o reforço dos serviços com o recrutamento de vários trabalhadores, que compreendo que sejam muito importantes para a realização das atividades dos respetivos serviços, o que não consigo compreender é a incoerência da forma dos contratos, tendo em conta que se prevê o recrutamento de dois trabalhadores a contrato a tempo indeterminado e todos os outros com contrato a termo resolutivo, sem qualquer justificação.

De realçar que devido às aposentações haverá serviços que irão precisar de novos trabalhadores para garantir o desempenho dessas funções, e que a área de direito não é só necessária apenas durante um período.

Face ao exposto, considero que neste mapa não estão salvaguardados os princípios de prossecução do interesse público, da igualdade e da proporcionalidade.

Assim nas competências que me foram atribuídas, voto contra o mapa de pessoal para 2020.”

“TRANSCRIÇÃO DA DECLARAÇÃO DE VOTO DO PRESIDENTE DA MESA

O Mapa de Pessoal é o instrumento de planeamento e gestão, de recursos humanos, e reflete as necessidades de cada uma das unidades/serviços municipais, de forma a permitir a concretização da estratégia definida pelo Executivo, estratégia esta plasmada nos Documentos Previsionais para 2020.

O Mapa de Pessoal deve, também, respeitar os recursos financeiros disponíveis para fazer face à implementação do mesmo.

O referido nos parágrafos anteriores é perfeitamente elucidado na Informação n.º 012/2019/UAF/SRHAG, de 23/10/2019, do Sr. Coordenador da SRHAG e na Nota Introdutória do Mapa de Pessoal para 2020.

Para complementar o já referido, a intervenção do Sr. Presidente da Câmara, na sessão da AM, foi bem elucidativa quanto aos novos contratos a celebrar:

- 5 Assistentes Operacionais;

A contratação dos referidos assistentes operacionais está relacionada com lacunas identificadas, e cuja resolução é urgente e indispensável.

- 3 Técnicos Superiores.

O apoio desenvolvido por uma Jurista, em regime de avença, mesmo sendo de louvar a total disponibilidade da mesma, demonstrou ser claramente insuficiente para as necessidades diárias de funcionamento da Autarquia.

Os outros dois lugares de Técnico Superior, estão diretamente relacionados por um lado, com a transferência de competências na área da educação nos termos do D.L. n.º 21/2019, de 30/01 (que em 2021 serão uma realidade, de acordo com a Lei n.º 50/18, de 16/08) e por outro, no projeto de estudo/ensino/divulgação do Barranquenho como língua, principal pilar da especificidade cultural do nosso Povo, que finalmente será uma realidade depois de décadas de indecisão e esquecimento.

Os contratos atrás identificados, serão objeto de concursos nos termos da Lei, e cuja seleção de candidatos será efetuada por um Júri independente.

Aos referidos concursos poderão candidatar-se todos os cidadãos que reúnam as condições previstas nos respetivos avisos de abertura de procedimento concursal.

Lamentavelmente, os eleitos da CDU tentam ignorar, de forma intencional, o que é mencionado no parágrafo anterior e, utilizam insinuações claramente ofensivas e de má-fé, provavelmente motivadas por peso na consciência e por lapsos de memória, relativamente a um passado não muito distante.

Na sequência deste comportamento dos eleitos da CDU, é muito importante recordar que, à exceção do Sr. Presidente da Câmara, que se encontrava aposentado, os restantes membros do Executivo, bem como, os membros do gabinete de apoio, exerciam as suas profissões até à tomada de posse na sequência das eleições autárquicas de outubro de 2017 e, por integrarem o projeto político vencedor, abandonaram essas mesmas profissões em prol deste desígnio que é servir Barrancos e os Barranquenhos.

Face a tudo o atrás exposto, decidi votar favoravelmente o Mapa de Pessoal do Município de Barrancos para o ano 2020, integrado na presente sessão da Assembleia Municipal de Barrancos.”

(Aprovado em minuta - doc. nove a onze da pasta anexa)

Deliberação n.º 22/AM/2019 – APRECIÇÃO E DECISÃO SOBRE A PROPOSTA DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2020 (ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE BARRANCOS) E (AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO – ATIVIDADES MAIS RELEVANTES E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS) DO MUNICÍPIO DE BARRANCOS: Em conformidade com o preceituado no regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, e aos critérios e parâmetros financeiros e contabilísticos definidos pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, bem como à Lei do Enquadramento Orçamental, sob proposta da Câmara Municipal, aprovada pela deliberação n.º 138/CM/2019, de 31 de outubro, ao abrigo e nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi apresentada a proposta das Grandes Opções do Plano para 2020, integrando estas o Plano Plurianual de Investimentos e o Plano das Atividades Mais Relevantes e a Proposta de Orçamento do Município de Barrancos, para o exercício económico-financeiro, e demais documentação anexa.

Passado à análise dos Documentos Previsionais, o senhor Presidente da Mesa questionou os membros da Assembleia, se tinham alguma questão a colocar.



Tomou a palavra o membro Emilio Domingues, procurando fazer um pequeno enquadramento prévio à sua pergunta, recordou as palavras que foram aqui proferidas, há dois anos, aquando da tomada de posse do atual executivo, onde foi referido que durante o atual mandato autárquico iríamos assistir à fixação de mais população no nosso Concelho invertendo o ciclo do despovoamento, neste sentido questionou o seguinte:

Na presente data Barrancos tem **1322 eleitores**, menos **43** eleitores que há dois anos!!

No ano letivo 2019/2020 Barrancos tem 159 alunos a frequentar o agrupamento de escolas de Barrancos. Em 2017 tinha sensivelmente 176!

Face a estes números, acha mesmo Sr. Presidente que a proposta de orçamento que nos traz aqui hoje responde a algum destes problemas??

Acredita mesmo que a nova casa mortuária ou um novo espaço para albergar a proteção civil municipal invertem esta tendência de perda de população que temos assistido??

O senhor Presidente da Câmara, referiu que este tem sido um ciclo que não vem deste mandato, mas sim de longos anos e não é particularmente o caso de Barrancos, mas sim, um problema do interior do País. Estes e outros projetos que podem vir a seguir, podem ajudar a fixar a população.

Após análise e efetuadas as considerações aos documentos em título por parte dos membros da Assembleia Municipal, bem como de mais alguns esclarecimentos por parte do senhor Presidente da Câmara, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia submete-os à votação.

Assim:

Ao abrigo e nos termos da alínea a) e f) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Barrancos, deliberou por maioria, com seis votos contra dos membros da CDU, que apresentaram declaração de voto abaixo transcrita na íntegra, uma abstenção do membro do CDS-PP.PPD/PSD e oito votos a favor dos membros do PS, tendo o senhor Presidente da Mesa apresentado declaração de voto, abaixo transcrita na íntegra, aprovar, a proposta dos Documentos Previsionais para o ano de 2020 (Orçamento do Município de Barrancos), (Grandes Opções do Plano - Atividades mais Relevantes) e (Plano Plurianual de Investimentos), cuja receita igual à despesa é de €4.972.300,00 (quatro milhões noventa e sete e dois mil e trezentos euros).

Mais, em simultâneo com a aprovação dos documentos atrás referidos, a Assembleia Municipal decidiu, aprovar, para os efeitos previstos no disposto na alínea d) do n.º 1 do art.º 46º da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro, um Articulado que contém as medidas regulamentares de orientação e execução orçamental para 2020.

“TRANSCRIÇÃO DA DECLARAÇÃO DE VOTO DOS MEMBROS DA CDU

O orçamento é um instrumento de gestão que contém uma previsão discriminada das receitas e despesas da Câmara Municipal onde são previstas todas as receitas que o Município pretende arrecadar e as despesas que pretende realizar no ano civil em causa e deve ser elaborado em conformidade com a Lei.

Ora, face à descrição acima, temos que o nosso Município apresenta um documento, que, na melhor das hipóteses, serve apenas para gerir as verbas da câmara nos primeiros meses do ano, dando assim, uma visão pouco apropriada à Assembleia Municipal de uma forma deliberada!

Senão vejamos:

A despesa prevista com electricidade é de 35 mil euros para o total do ano. Em 2018 o município executou mais de 99 mil euros! Como justifica então o executivo a previsão de um valor tão baixo para 2020? Vai apagar as luzes da via pública para poupar? No combustível temos a mesma situação. Estão previstos 16.500 euros quando em 2018 foram gastos perto de 30 mil euros. Teremos a frota parada em 2020?

Com uma simples amostra vemos o que vale o orçamento e o plano de investimentos que nos é apresentado. Optou-se por sub orçamentar rubricas essenciais para a gestão da autarquia. Quem pode confiar numa câmara que não respeita as regras mais básicas dos pressupostos orçamentais e não faz a previsão verdadeira das despesas obrigatórias que sabe de antemão que tem que suportar? Estamos a falar de cerca de 100 mil euros que foram apagados do orçamento de forma propositada e ilegal!

Podíamos detalhar mais em pormenor algumas das medidas ali inseridas, mas julgo que os exemplos atrás relatados falam da seriedade da proposta que nos é apresentada e de como o executivo gere os dinheiros ao seu dispor.

Não pode, pois, a bancada da CDU compactuar com esta estratégia orçamental nem dar a mais mínima credibilidade a este documento.

Sobre a falta de previsão orçamental para os lugares previstos no mapa de pessoal podemos ler o que sobre nós escreve o anuário financeiro: “Poderá ser preocupante para o desenvolvimento da atividade municipal nos diversos domínios das suas competências, a situação dos municípios que afetam metade ou mais dos seus recursos financeiros a despesas com pessoal. Estiveram nesta situação em 2018, os três municípios Montijo, Redondo e Barrancos).” Se isto já era assim em 2018 imaginem com os novos lugares do quadro que a câmara pretende preencher. Não deverá faltar muito para Barrancos liderar o ranking!!

Mas olhando com detalhe para o cenário proposto vemos que o executivo em permanência pretende fazer de um simples projecto a bandeira do seu mandato: Iremos ficar com uma Casa Mortuária, num sítio que pouca gente concorda, e a preços de palácio real. Isto sem saber como é possível gastar 40 mil euros num projecto para uma obra que nos dizem que vai custar 225 mil, como o orçamento municipal prevê?? Qual a razão então da empresa de arquitetura ter previsto um total de 450 mil euros, mais iva, para o total da obra? Vamos ter seguramente um edifício meio acabado e isolado no meio do nada.

Na área económica já se sente o frenesim dos empresários e empreendedores locais face à expectativa real que a câmara oferece: Um ninho de empresas no 2.º andar do bairro dos Espanhóis! Um sonho tornado realidade...



Enquanto isso, o espaço do parque empresarial destinado a esse fim está cheio de cavalinhos a pastar! E de empregos criados nem se fala...nem no facto de sermos dos concelhos com mais baixa taxa de execução dos fundos comunitários da CIMBAL.

Para a requalificação das artérias urbanas e vias municipais temos uns míseros 5.000 euros e o resto fica para 2021 (não sabemos é se as obras iniciam um mês antes das eleições, como já aconteceu no passado)!

Com os apoios às coletividades ficamos mais satisfeitos. Pena é que não se celebrem protocolos/Contratos programas para o ano de 2020 e seguintes com os Bombeiros e com o Lar. Os primeiros são contemplados com 144 mil euros, mas só em 2020...depois passam para os 83 mil de novo!! Vá se lá saber porquê! O lar passa a receber metade do que recebeu em 2019 (por força de um artigo qualquer) sem que saibamos o que será feito em 2021! Mas então e os protocolos para justificar estas opções? Não se fazem porquê?

Assistimos, pois, ao desnorte e á total ausência de estratégia do atual executivo, como aliás se pode ver pela comparação dos documentos previsionais de 2019 para este ano onde as opções tomadas há bem pouco tempo deixaram de servir agora. Aliás, parece-nos que a estratégia orçamental para 2020 é a entrega de um orçamento por fascículos, sendo uma parte entregue agora e, em abril, uma outra, só faltando mesmo prever quando será criado, no orçamento, o 15.º mês para os reformados!

Quanto a projectos novos temos a reabilitação de um edifício onde será instalado o denominado “centro municipal de proteção civil”. Sem discordar da necessidade de aproveitar as muitas verbas de financiamento comunitários que o Município dispõe, será que este projecto traz algo de novo à população? Passará por aqui o desenvolvimento do nosso Concelho? Onde estão os projectos estruturantes para o nosso Concelho? Seguimos sem ver, nos documentos previsionais que agora nos são apresentados, qualquer ação/medida emblemática para o desenvolvimento sócio económico do concelho ou para atrair ou fixar população, apesar dos fundos comunitários disponíveis na contratualização/Cimbal.

Temos em conclusão, que com perto de cinco milhões de euros, mais o excedente que irá passar para 2020 (perto de um milhão de euros) face à falta de audácia e capacidade de investir que o actual executivo demonstra, chegaremos ao final do ano 2020 com os cofres da câmara bem recheados e o nosso território meio deserto, com menos população e com menos alunos na nossa escola!

Só nos resta, pois, votar contra os documentos previsionais do Município de Barrancos para 2020.”

“TRANSCRIÇÃO DA DECLARAÇÃO DE VOTO DO PRESIDENTE DA MESA

Ao iniciar a análise dos documentos apresentados, quero destacar o relevante trabalho efetuado pelos funcionários do Município de Barrancos, na elaboração deste complexo e extenso documento que, por um lado traduz a orientação política do Executivo PS em permanência e, por outro, concentra em si, todas as rubricas que permitem o normal funcionamento do Município.

O referido, no parágrafo anterior, é tanto mais relevante se tivermos em consideração os constrangimentos motivados pela legislação contabilística autárquica que, muitas vezes, não permite aos Executivos implementar, de uma forma abrangente, a sua estratégia de desenvolvimento.

No entanto, o retomar do normal relacionamento e respeito para com o Poder Local, desenvolvidos pelo anterior e atual Governo, liderados pelo Partido Socialista, com o objetivo de, gradualmente, repor as verbas a que os Municípios têm direito, de acordo com a Lei das Finanças Locais em vigor, aumenta a margem de manobra dos Executivos Municipais.

Este facto, embora bastante positivo, não é por si só a solução para todos os problemas, pelo que, quem lidera a autarquia, tem a responsabilidade de otimizar os recursos que dispõe, com o objetivo de implementar medidas de apoio/ajuda à sua população.

Analisadas as opções políticas apresentadas, pelo Executivo PS em permanência, as mesmas demonstram a continuidade da estratégia definida no início do mandato.

Em 2020, terão continuidade várias medidas relevantes, das quais destaco, as respeitantes ao apoio social de combate à pobreza e ao desemprego, ao reforço dos apoios na área da educação, ao fortalecimento da cooperação institucional com entidades relevantes do nosso Concelho, ao apoio ao associativismo cultural, desportivo e recreativo.

Simultaneamente, 2020 trará um significativo investimento em construção/beneficiação de vários equipamentos municipais, como por exemplo, a cobertura dos Paços do Concelho, a nova Casa Mortuária, o Centro Municipal de Proteção Civil, a Incubadora de Empresas, a requalificação e valorização do Posto de Turismo entre outros, que permitirão uma melhor resposta aos anseios e necessidades da população.

De referir também, o investimento previsto na melhoria significativa da rede viária municipal, urbana e rural, indo também de encontro ao anseios e necessidades da população.

Ao nível do Turismo, são de salientar as diversas iniciativas/intervenções previstas, quer ao nível do património edificado, quer na criação, promoção e divulgação das potencialidades do nosso Concelho.

Para concluir, gostaria de sublinhar duas áreas que, em minha opinião, são de uma importância extrema para o futuro de Barrancos e dos Barranquinhos.

Por um lado, a forte aposta do Executivo PS no projeto para preservação, estudo e valorização do Barranquinho como língua, é um marco na história do nosso Concelho. Finalmente, depois de anos de indecisão, esquecimento e de algum oportunismo do calendário eleitoral, este pilar da nossa identidade será objeto de um impulso definitivo e, espero eu, de não retorno, com as esperadas consequências positivas que o mesmo proporcionará.

Por outro lado, o intenso e exaustivo esforço que o Executivo PS vem desenvolvendo, desde o início do mandato, na tentativa de captação de investimento privado no nosso Concelho, que permita combater esse flagelo que é o desemprego. É um esforço que, na maioria das vezes não é visível porque o Executivo PS, ao contrário de outros, tem optado por não anunciar “dezenas de postos de trabalho” que, na realidade, nunca foram possibilidades reais. No entanto, só quem não luta é que se pode considerar vencido, e sei que o Executivo PS nunca se considerará vencido.

Face a tudo o atrás exposto, decidi votar favoravelmente a Proposta dos Documentos Previsionais para o ano de 2020 (Orçamento do Município de Barrancos e Grandes Opções do Plano – Atividades Mais Relevantes e Plano Plurianual de Investimentos), integrado na presente reunião da Assembleia Municipal de Barrancos.”
(Aprovado em minuta - doc. doze a catorze da pasta anexa)

Deliberação n.º 23/AM/2019 – APRECIACÃO E APROVAÇÃO DO PROTOCOLO ESPECÍFICO DE COLABORAÇÃO ENTRE A UNIVERSIDADE DE ÉVORA E O MUNICÍPIO DE BARRANCOS:

O Barranquenho, língua híbrida sem tradição escrita, única no mundo pelo seu carácter misto de português e espanhol, falado pelos cerca de 1300 residentes e por todos os naturais do Concelho há vários séculos, está em vias de desaparecimento devido à pressão demográfica e ao envelhecimento da população, à influência da língua estándar – o português –, à padronização inerente à escolarização, ao maior contacto das pessoas com a realidade exterior, à influência dos meios de comunicação e à tendência para a homogeneização/uniformização que os processos de globalização implicam.

O reconhecimento da língua e cultura barranquenhos pela comunidade foi atestado na aprovação pela Câmara Municipal de Barrancos, a 24 de Junho de 2008, da sua classificação como *Património Cultural Imaterial de Interesse Municipal*.

Contudo, esta iniciativa não é suficiente para garantir a preservação do falar local, assim como a memória do património e da cultura locais.

Considerando que é urgente preservar esta língua tão característica, que é parte integrante da identidade cultural da vila e das gentes de Barrancos.

Considerando que é necessário empreender uma série de medidas de várias naturezas, de curto, de médio e longo prazo, sem as quais o Barranquenho corre sérios riscos de vir a perder-se em poucas gerações, incluindo-se, assim, entre as muitas línguas que, diariamente, deixam de existir.

Considerando que é importante a preservação do Património Barranquenho como um todo, compreendendo e articulando tanto o património material como o património imaterial, motivo por que uma estratégia de salvaguarda para o futuro deve assumir que língua e cultura são indissociáveis, incluindo, por isso, a região, pois foi nesse território e nesse meio que a história de Barrancos se desenvolveu até aos nossos dias.

Considerando que é necessário fomentar, no seio da comunidade, uma consciência de “defesa” do que é seu e compreendendo o meio ambiente em que está inserida.

Considerando que através deste estudo poderão ser trabalhadas histórias, tradições, práticas, cantares, lendas e outras manifestações culturais, de forma a integrarem as listas e bases de dados nacionais e internacionais (relevantes) do património imaterial.

A Câmara Municipal, pela deliberação n.º 146/CM/2019 de 14 de novembro, decidiu por unanimidade, aprovar e submeter a aprovação da Assembleia Municipal, o Protocolo Específico de Colaboração entre a Universidade de Évora e a Câmara Municipal de Barrancos, destinado a promover o estudo e o reconhecimento externo do Barranquenho, assim como, o fortalecimento da autoestima e da consciência linguística, no seio da comunidade.

Este estudo assenta num Programa Específico de Preservação e Valorização do Património Cultural Barranquenho, sob a coordenação científica dos investigadores Dra. Maria Victoria Navas Sánchez-Élez, Dra. Maria Filomena Gonçalves, Dr. Filipe Themudo Barata.

Assim, face ao exposto, a Assembleia Municipal de Barrancos, sob proposta da Câmara Municipal, decidiu por unanimidade, aprovar, o Protocolo Específico de Colaboração entre a Universidade de Évora e o Município de Barrancos, a seguir transcrito na íntegra:



“Transcrição do protocolo Específico de Colaboração entre a Universidade de Évora e o Município de Barrancos

Entre:

A **Universidade de Évora**, pessoa coletiva n.º 501 201 920, com sede no Largo dos Colegiais nº2, 7000-803 Évora, neste ato representada pela sua Administradora, Drª Maria Cesaltina Frade;

E

O **Município de Barrancos**, pessoa coletiva n.º 501 081 216, com sede na Praça do Município, 2, 7230-030 Barrancos, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Dr. João António Serranito Nunes, adiante designado por MB.

Considerando que:

A Universidade de Évora:

- Uma pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia estatutária, pedagógica, científica, administrativa, financeira, disciplinar, cultural e patrimonial, nos termos da lei.
- É um centro de criação, transmissão e difusão da cultura, da ciência e da tecnologia, que, através da articulação do estudo, da docência e da investigação, se integra na vida da sociedade.

O Município de Barrancos:

- assume o desafio de valorizar o seu maior património cultural imaterial, o “Barranquenho”, reconhecendo o potencial de elementos de valor estratégico para a cultura, não apenas regional como nacional.
- Pretende dar a conhecer a história do “Barranquenho”: a sua origem, influências e evolução.
- Pretende fomentar, no seio da comunidade, uma consciência de “defesa” do que é seu.
- Pretende, ainda, reavivar tradições e falares caídos em esquecimento com vista à sua preservação.
- Considera que a UE é uma instituição capaz de promover a preservação e valorização da língua, nomeadamente, do “Barranquenho”, como elemento fundamental da nossa cultura e enriquecedor pela sua diversidade.

Celebram o presente Memorando de Entendimento que se rege pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1ª

Objeto e âmbito

O presente protocolo visa estreitar as relações de cooperação e intercâmbio entre as instituições signatárias, de modo a que ambas possam beneficiar de ações de

colaboração nos domínios de atividade a que se dedicam, por forma a promover a preservação e valorização do “Barranquenho”.

Cláusula 2ª

Objetivos

As ações de colaboração a desenvolver têm como objetivo uma série de iniciativas a curto, médio e longo prazo, designadamente:

1. A curto prazo e com carácter prioritário:

a) Documentar a língua para preservação da memória coletiva e, ao mesmo tempo, criar um arquivo local para recolher em gravações (vídeo) os aspetos e recursos endógenos mais relevantes da sua cultura, incluindo formação a membros da comunidade (apoio de CIDLeS – Centro Interdisciplinar de Documentação Linguística e Social: <http://www.cidles.eu/>).

b) Criar um portal web que reúna e disponibilize todas as informações bibliográficas existentes sobre a língua e cultura barranquenhos (apoio CIDEHUS: www.cidehus.uevora.pt e Cátedra UNESCO www.catedra.uevora.pt).

c) Editar em livro os textos apresentados do Congresso Internacional O barranquenho: ponte entre línguas e culturas. Passado, presente e futuro (Câmara Municipal de Barrancos em parceria com o CIDEHUS-UÉ/FCT, Direção Regional de Cultura e outros).

2. A médio prazo

a) Elaborar uma convenção ortográfica.

b) Aplicar convenção ortográfica na toponímia local, nomenclatura das ruas, em rótulos, folhetos turísticos, ementas dos restaurantes, cartazes, nomes de edifícios oficiais, a par de rótulos em português e espanhol (Câmara Municipal de Barrancos com o apoio dos especialistas).

c) Realizar o II Congresso Internacional sobre o Barranquenho, para dar continuidade ao de 2017, e apresentar avanços comparativos (Câmara Municipal de Barrancos, investigadores e entidades parceiras, Direção Regional de Cultura).

d) Discutir, após recolha e organização, quais os elementos a serem propostos para classificação nacional ou internacional e quais as listas ou bases de dados.

3. A longo prazo:

a) Elaboração de uma gramática da língua barranquenha (a ser desenvolvida por vários estudiosos). Esta medida visa possibilitar a aquisição do Barranquenho em contexto escolar, e não apenas mediante o habitual processo de transmissão de qualquer língua natural, assegurando, assim, a sua continuidade e o seu ensino e difusão, dentro e fora da comunidade.

b) Elaboração de um dicionário trilingue, barranquenho-português-espanhol (a ser desenvolvido por vários especialistas). Trata-se de um instrumento descritivo que, baseado na investigação linguística das três línguas presentes em Barrancos, seja útil não só para toda a comunidade barranquenha mas também para quantos queiram conhecer o léxico próprio do Barranquenho.

c) Implementação na escola (Câmara Municipal de Barrancos, docentes de Barrancos, com apoio dos especialistas).

d) Quaisquer outras medidas que as partes considerem úteis estabelecer e que contribuam para a prossecução dos objetivos das partes.

Cláusula 3ª

Ações

As ações de colaboração a desenvolver, contempladas na cláusula anterior, bem como outras não previstas, mas consideradas de interesse mútuo que decorrerem do presente protocolo, seguirão as normas legais aplicáveis, nomeadamente em matéria de contratação pública e em matéria de assunção de despesas, que serão objeto de documentos adicionais, como protocolos específicos ou contratos de prestação de serviços, que fixarão os direitos, deveres e contrapartidas inerentes. Todas as ações serão realizadas mediante disponibilidade de ambas as partes.

Cláusula 4ª

Vigência e Denúncia

1. O protocolo tem a duração de 3 (três) anos, contado a partir da data da sua assinatura e será prorrogado por períodos de 1 (um) ano, podendo ser denunciado por qualquer das partes, mediante notificação para o efeito, por correio registado, dirigido para a morada da parte contrária supra identificada com, pelo menos, 60 dias de antecedência em relação à data do termo do período decorrente, não podendo, no entanto, comprometer ações em curso, salvo acordo expresso em contrário.

2. No caso do presente memorando de entendimento permanecer sem atividade pelo período de um ano será motivo para qualquer das outorgantes propor a sua denúncia.

Cláusula 5ª

Omissões e questões emergentes

As omissões e questões emergentes do presente protocolo serão solucionadas conjuntamente pelos outorgantes.

O presente protocolo é assinado e rubricado em dois exemplares, de igual valor, um para cada um dos outorgantes.

Évora, ... de ..... de 2019

**A Administradora
da Universidade de Évora**

**O Presidente
da Câmara Municipal de Barrancos**

Drª Maria Cesaltina Frade
(Aprovado em minuta - doc. onze da pasta anexa)

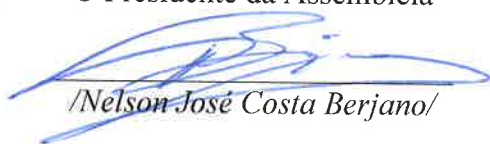
Dr. João António Serranito Nunes

INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA CÂMARA: Em cumprimento do estabelecido no n.º 5, do artigo n.º 48º, da Lei n.º 169/99, de 19/09, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01 e do n.º 5 do artigo 24º do Regimento, o senhor presidente da Mesa da Assembleia questionou os senhores vereadores presentes se queriam exercer o direito de defesa de honra ou consideração.

Não se registou qualquer intervenção dos vereadores presentes nesta sessão.

ENCERRAMENTO DA SESSÃO: Finalmente, não havendo mais nada a tratar, o senhor presidente da Mesa da Assembleia declarou encerrada a sessão, eram vinte e quatro horas, da qual para constar, se lavrou a presente ata que eu, Francisco José Pelicano Rúbio, técnico superior da UAF/SRHAG, designado para o efeito, nos termos do n.º 2 do artigo 57º da Lei n.º 75/2013, de 18 de setembro, subscrevi e assino juntamente com o senhor Presidente da Assembleia.

O Presidente da Assembleia



/Nelson José Costa Berjano/

O Secretário



/Francisco José Pelicano Rúbio/